

Brasil quer recálculo do direito de voto

De Dubai

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, saiu da reunião do FMI em Dubai com um avanço relevante numa discussão que se arrasta há anos: a de recálculo dos direitos de voto no Fundo. O assunto é levantado há 20 anos sem grandes resultados. "Finalmente tivemos alguma evolução", disse o ministro. Uma proposta de Palocci foi incorporada numa das resoluções do Banco

Mundial (Bird).

Na reunião semestral de primavera do FMI e Bird, em abril, todos os diretores devem apresentar sugestões de mudança no cálculo do direito de voto, com uma agenda de discussões e prazos. As sugestões devem incluir a qualidade do voto (quais votos básicos aos quais todos os países devem ter acesso), critério de cálculo e proporcionalidade nas representações. Os países em desenvolvimento cujo PIB cresceu

de forma relevante nos últimos anos querem aumentar seu direito de voto. Hoje o Brasil tem direito de voto de 1,7% no FMI e 2,1% no Banco Mundial. Incluindo os países que são representados pela sua constituição, o direito de voto liderado pelo Brasil supera um pouco os 3%.

A eventual mudança não ocorrerá a curto prazo, mas pelo menos haveria um cronograma formal de discussão do assunto na próxima reunião. (TB)